



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15538 - Resumo Expandido - Trabalho - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 11 - Política da Educação Superior

A FALÁCIA DA DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PELA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Marcelo Augusto Scudeler - Univás - Universidade do Vale do Sapucaí

**A FALÁCIA DA DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PELA
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

O crescimento descontrolado da Educação a Distância (EaD), especialmente a partir de 2018, foi fomentado por um conjunto de políticas normativas que facilitaram essa expansão, mas é, sobretudo, resultado de uma estratégia comercial das grandes empresas educacionais, com foco na continuidade da captação de alunos mais vulneráveis economicamente e que, até então, ingressavam em bancos universitários das empresas educacionais com o apoio do Fies, Fundo de Financiamento Estudantil (Scudeler, Tassoni, 2023).

Acompanhando esse crescimento, há a promoção de um discurso segundo o qual apenas a EaD viabilizará a “democratização” da educação superior. Neste sentido, a Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED) é uma das vozes que sustentam este discurso, produzindo texto, notícias e campanhas em favor da manutenção de políticas que permitam a continuidade desregulamentada da oferta desta modalidade de ensino.

O objetivo desta pesquisa é discutir, a partir do conceito de democratização (Trow, 2005), se a expansão da EaD contribuirá com este processo ou é, na verdade, uma estratégia comercial das grandes empresas educacionais para a manutenção da sua rentabilidade financeira.

Trata-se de uma pesquisa com base bibliográfica, mas também documental que, a partir de um conjunto ordenador de procedimentos, visa analisar o crescimento da EaD a partir de dados quantitativos fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e de fontes normativas.

Os anos de 2017 e 2018, durante o governo o presidente Michel Temer (2016-2018), foram paradigmáticos para a EaD, pois foram editadas uma série de normativas que facilitaram a expansão da oferta de cursos nesta modalidade de ensino. O Decreto n. 9.057/2017 trouxe um novo marco regulatório para o setor, dispensando, por exemplo, avaliações *in loco* para o credenciamento de polos de apoio e a autorização para as instituições de ensino superior com prerrogativa de autonomia (universidade e centros universitários) ofertarem cursos nesta modalidade, sem prévia autorização. Com a permissividade de políticas públicas, grandes empresas educacionais (que já dominavam o mercado educacional) iniciaram a ampliação da oferta de cursos na modalidade a distância, como uma estratégia para atingir alunos com menor poder aquisitivo.

Os cursos na modalidade EaD podem ser oferecidos com menos docentes e com uma infraestrutura reduzida, diminuindo sensivelmente os custos operacionais; além disso, permitem ganhos em escala, com alta concentração no número de alunos por curso.

Os dados do Censo da Educação Superior (Inep, 2022) comprovam o espantoso crescimento da EaD: até 2017, o percentual de alunos matriculados em cursos nesta modalidade não ultrapassava um quinto do total; contudo, a partir de 2018 inicia-se um rápido processo de expansão do setor, até atingir, em 2022, 45,8% dos alunos matriculados. E com forte tendência de crescimento, pois desde 2020, há mais ingressantes em cursos da modalidade a distância, quando comparados com os cursos presenciais.

A expansão da EaD é, portanto, resultado de um conjunto de normativas permissivas editadas durante os anos do governo de Michel Temer e estratégias comerciais implementadas pelas grandes empresas educacionais, que apresentam a EaD como um “produto” educacional com preços acessíveis (Scudeler, Tassoni, 2023), direcionado para a captação de alunos com baixo poder aquisitivo, que sofrem com a ausência de políticas públicas de acesso e permanência na educação superior privada e escassez de vagas no setor público.

Nos últimos 25 anos, o Brasil vivenciou uma inédita massificação da educação superior, com a ampliação do número de vagas e cursos, especialmente no setor privado. Esse processo de massificação foi acompanhado, especialmente durante os governos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), de políticas públicas de diversificação, viabilizando o acesso de estudantes com perfil socioeconômico mais vulnerável à educação superior. Contudo, apesar dos esforços, não é possível se reconhecer, ainda, que o Brasil possui um sistema de educação superior democrático.

Trow (2005) identificou basicamente três fases de acessibilidade à educação superior, iniciando-se por um sistema de elite, progredindo para um período de massificação do acesso até chegar ao “systems of universal access”. Para Trow, quando o acesso à educação superior é diminuto, limitado à proporção máxima de 15% da população dentro da idade de referência para acesso (que, no Brasil, é entre 18 e 24 anos), tem-se um sistema tipicamente de elite;

quando esses percentuais variam entre 16% e 50%, o sistema é considerado de massa. O acesso democrático (“universal”) é atingido quando o percentual supera 50% do recorte da população dentro da faixa etária referência para acesso à educação superior.

Ainda não é possível, portanto, identificar um sistema democrático de acesso à educação superior, processo, como bem destaca Dubet (2015, p. 257), bem mais complexo:

Quando se define a democratização com base no critério da igualdade de oportunidades oferecida a todos os indivíduos, de todos os grupos sociais, de ter acesso ao ensino superior, torna-se evidente que a massificação não é necessariamente uma democratização. De fato, sob esse prisma, a democratização exigiria que todas as classes sociais tivessem as mesmas possibilidades e que a população dos estudantes retratasse a sociedade.

Massificar, como sustenta Senkevics (2021), é o primeiro passo em direção à democratização, proporcionando não só o aumento do número de alunos, mas também – e sobretudo – diversificar esse acesso às camadas mais carentes da população.

A democratização da educação superior brasileira não se dará com a expansão descontrolada da EaD, como sustenta o lobby das grandes empresas educacionais. Isto porque, a EaD não atrai alunos na faixa etária adequada (entre 18 e 24 anos), na medida em que 73,7% de seus alunos possuem pelo menos 25 anos de idade (Inep, 2022). Além disso, não se admite cursos de Direito, Medicina, Odontologia e Psicologia nesta modalidade, limitando a escolha dos interessados. Por fim, a expansão da oferta da EaD atende, prioritariamente, os interesses comerciais das grandes empresas educacionais, não se adequando aos padrões mínimos de qualidade exigidos para os cursos presenciais, afastando o aluno do contato com o docente e colocando a figura do “tutor” como principal intermediário do processo de ensino.

O crescimento da EaD não é um reflexo de políticas públicas direcionada para o atendimento de alunos em condições mais vulneráveis, em um esforço para ampliar e, quiçá, democratizar o acesso ao sistema de educação superior. É, na verdade, uma estratégia comercial das grandes empresas educacionais para a manutenção da captação de alunos provenientes de famílias de mais baixa renda.

Palavras-chave: Educação superior. Educação a distância. Democratização da educação. Políticas públicas.

REFERÊNCIAS

DUBET, François. Qual a democratização do ensino superior? *Caderno CRH*, v. 28, n.

74, mai./ago. 2015, p. 255-265.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da Educação Superior*. Brasília: INEP, 2022.

SCUDELER, Marcelo Augusto; TASSONI, Elvira Cristina Martins. A educação a distância como estratégia de captação de alunos após a redução da oferta do Fies. *Avaliação*, Campinas, n. 28, 2023, p. 1-22.

SENKEVICS, Adriano Souza. A expansão recente do ensino superior: cinco tendências de 1991 a 2020. *Cadernos de Estudos e Pesquisa em Políticas Educacionais: Cenários do Direito à Educação*. V. 3, n. 4, 2021, p. 199-246.

TROW, Martin. Reflections on the transition from elite to mass to universal access: forms and phases of higher education in modern societies since WWII. *International Handbook of Higher Education*, Kluwer. 2005, p. 243-280.